



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
PLENO

Processo nº 10675.000503/2001-95
Recurso nº 108-132.441 Extraordinário
Matéria Decadência
Acórdão nº 00-000.053
Sessão de 15 de dezembro de 2008
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Recorrida CERRADO AGRÍCOLA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

Exercício: 1995

RECURSO EXTRAORDINÁRIO DA FAZENDA NACIONAL
PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO EM FACE DA
SÚMULA VINCULANTE Nº 08 DO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL. REJEIÇÃO.

A Lei nº 11.417, de 19/12/2006, que regulamentou o artigo 103-A, da Constituição Federal, não autoriza desconhecer de recurso que contrarie súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, cabendo ao órgão julgador conhecer do recurso para avaliar se a hipótese se subsume à súmula. Preliminar de não conhecimento rejeitada.

LIMITES DA LIDE. EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE

O Pleno da Câmara Superior de Recursos Fiscais deve se ater aos limites do litígio fixados no recurso extraordinário interposto. Se a discussão gira em torno da aplicação dos 10 anos ou dos 5 anos para contagem da decadência, rejeita-se preliminar no sentido de estender o litígio ao termo de início dessa contagem.

CSLL E COFINS. PRAZO DECADENCIAL.

Aplica-se ao lançamento das contribuições sociais (CSLL e Cofins), instituídas em benefício da previdência social, o prazo decadencial estabelecido no art. 150, § 4º do CTN, em face da inconstitucionalidade do art. 45 da Lei nº 8.212/91 reconhecida pela Súmula Vinculante nº 8 do STF.

Recurso extraordinário conhecido e, no mérito, negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Pleno da CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS, 1) Por maioria de votos, CONHECER do recurso extraordinário. Vencidos os

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 13/10/2015 por ADRIANA GOMES REGO, Assinado digitalmente em 13/10/2015 p

or ADRIANA GOMES REGO, Assinado digitalmente em 22/10/2015 por CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO, Assin

ado digitalmente em 13/10/2015 por ADRIANA GOMES REGO

Impresso em 22/10/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Conselheiros Karem Jureidini Dias, José Clóvis Alves, Josefa Maria Coelho Marques, Susy Gomes Hoffmann, Maria Helena Cotta Cardozo, Gonçalo Bonet Allage, Marcos Vinícius Neder de Lima, Ana Maria Ribeiro dos Reis, Mário Sergio Fernandes Barroso, Antonio Carlos Guidoni Filho (relator), Ivete Malaquias Pessoa Monteiro, Gustavo Lian Haddad, Manoel Coelho Arruda Junior (substituto convocado) e Antonio Praga, que não conheciam do recurso extraordinário; designado para redigir o voto vencedor, nesta parte, o Conselheiro Carlos Alberto Gonçalves Nunes. 2) Por maioria de votos, REJEITAR a proposição proposta pela Conselheira Karem Jureidini Dias, de aprofundar a análise do mérito, para apreciar o termo de início da contagem do prazo decadencial, vencidos também os Conselheiros Marcos Vinícius Neder de Lima, Mário Sergio Fernandes Barroso e Gileno Gurjão Barreto que a acompanharam; e 3) No mérito, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso extraordinário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

(assinado digitalmente)

Carlos Alberto Freitas Barreto - Presidente (para fins de formalização do acórdão)

(assinado digitalmente)

Adriana Gomes Rêgo - Redatora *ad hoc*, designada para formalizar o acórdão.

Participaram do presente julgamento, os Conselheiros Antonio Praga (Presidente da CSRF), Alexandre Andrade Lima da Fonte Filho (vice-presidente da CSRF), José Clóvis Alves, Carlos Alberto Gonçalves Nunes, Josefa Maria Coelho Marques, Dalton César Cordeiro de Miranda, Anelise Daudt Prieto, Susy Gomes Hoffmann, Maria Helena Cotta Cardozo, Gonçalo Bonet Allage, Marcos Vinícius Neder de Lima, Karem Jureidini Dias, Henrique Pinheiro Torres, Maria Teresa Martínez Lopez, Judith do Amaral Marcondes Armando, Rosa Maria de Jesus da Silva Cosa de Castro, Ana Maria Ribeiro dos Reis, Moisés Giacomelli Nunes da Silva, Mário Sergio Fernandes Barroso, Antonio Carlos Guidoni Filho (Relator), Antonio Carlos Atulim, Gileno Gurjão Barreto, Maria Cristina Roza da Costa, Nanci Gama, Ivete Malaquias Pessoa Monteiro, Gustavo Lian Haddad, Antonio Bezerra Neto (Substituto Convocado), Júlio César Vieira Gomes, Leonardo Siade Manzan, Elias Sampaio Freire, Rycardo Henrique Magalhães de Oliveira, Gilson Macedo Rosenburg Filhøe Manoel Coelho Arruda Junior (substituto convocado). Ausente momentaneamente o conselheiro Paulo Jacinto do Nascimento (Substituto Convocado).

Considerando que o Presidente à época do Julgamento não mais compõe o quadro de Conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) na data da formalização da decisão, a presente decisão é assinada pelo Presidente do CARF nesta data, Conselheiro Carlos Alberto Freitas Barreto, que o faz meramente para a formalização do Acórdão. Da mesma maneira, tendo em vista que, na data da formalização da decisão, o relator Conselheiro Antonio Carlos Guidoni, bem como o redator do voto vencedor relativo ao conhecimento do recurso, Conselheiro Carlos Alberto Gonçalves Nunes, não integram o quadro de Conselheiros do CARF, a Conselheira Adriana Gomes Rêgo foi designada *ad hoc* como a responsável pela formalização do presente Acórdão, o que se deu na data de 06/10/2015.

Relatório

Com base no permissivo do art. 9º combinado com o art. 43 do Regimento Interno da Câmara Superior de Recursos Fiscais, aprovado pela Portaria MF nº 147, DE 26/06/2007, a Fazenda Nacional interpõe recurso extraordinário em face de acórdão proferido pela Primeira Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, assim ementado:

“CSLL – DECADÊNCIA – LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO – Os tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa amoldam-se à sistemática de lançamento por homologação, prevista no art. 150 do Código Tributário Nacional (CTN). Desta forma, a contagem do prazo decadencial da CSLL e da COFINS se faz de acordo com esta lei nacional no que se refere à decadência, mais precisamente no § 4º do seu art. 150. Por outro lado, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689/88, em conformidade com os arts. 149 e 195, § 4º, da Constituição Federal, e a COFINS, instituída nos termos do inciso I do art. 195 da Constituição Federal, têm a natureza tributária, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, por unanimidade de votos, no RE Nº 146.733-9-SÃO PAULO, o que implica na observância, dentre outras, às regras do art. 146, III, da Constituição Federal de 1988. Expirado o prazo de cinco anos sem que autoridade fazendária se tenha pronunciado, homologado está o lançamento e definitivamente extinto o crédito tributário. Recurso especial negado.”

No que interessa a esta instância recursal, o acórdão mencionado reconheceu a decadência do direito do Fisco de constituir créditos de CSLL e COFINS relativos a fatos geradores ocorridos em 31/12/1995, em vista do fato de a ciência do lançamento pela Recorrida ter se dado em 15/03/2001.

Argüi a Fazenda Nacional divergência entre o acórdão recorrido e aresto e aresto da Segunda Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, o qual assenta o entendimento de que o prazo decadencial para constituição de créditos de Cofins seria decenal, em decorrência do disposto no art. 45 da Lei nº 8.212, de 1991. Sustenta a Fazenda Nacional, ainda: **(i)** que não caberia ao Conselho de Contribuintes negar vigência ao art. 45 da Lei nº 8.212, de 1991, ante os limites de competência deste órgão administrativo para conhecer de questões de índole constitucional; e **(ii)** que o citado dispositivo seria constitucional e legal, conforme doutrina e precedentes jurisprudenciais que colaciona. Pede, ao final, a reforma do acórdão recorrido para que seja afastada a decadência sobre o lançamento objeto do processo.

O recurso extraordinário foi admitido pelo Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais (Despacho CSRF n. 005/2008 (fls. 284/285)), ante a configuração da alegada divergência jurisprudencial.

Processo nº 10675.000503/2001-95
Acórdão n.º **00-000.053**

CSRF/T00
Fls. 374

Foram apresentadas contrarrazões pela Recorrida (fls. 290/294), pelas quais se sustentou, em síntese, que o acórdão impugnado estaria em harmonia com a legislação vigente e a própria jurisprudência administrativa.

É o relatório.

Voto Vencido

Conselheira Adriana Gomes Rêgo - Redatora *ad hoc*, designada para formalizar o Acórdão.

Formalizo este Acórdão por designação do presidente da 1ª Seção de Julgamento, ocorrida em 05/10/2015, por meio do despacho de e-folha 370, tendo em vista que o relator do processo, Conselheiro Antonio Carlos Guidoni Filho, por ocasião do julgamento realizado em 15/12/2008, pelo Pleno da CSRF, não efetuou a formalização e não pertence mais aos colegiados do CARF.

Ressalto, por oportuno, que não integrava o colegiado que proferiu o acórdão e, portanto, não participei do julgamento.

O relatório e uma parte da manifestação de voto vencido abaixo foram apresentados pelo Conselheiro relator durante a sessão e consta dos respectivos arquivos do CARF, tendo sido meramente reproduzidos por mim, redatora *ad hoc* para efeitos de formalização do presente Acórdão. A parte do mérito do recurso não foi encontrada nos arquivos do CARF e, por essa razão, foram extraídas a partir de informações que constam nos autos e na ata de julgamento, de forma que não representam o meu entendimento a respeito do assunto.

Da mesma forma, o voto vencedor relativo à parte do conhecimento do recurso, proferido pelo redator designado, Conselheiro Carlos Alberto Gonçalves Nunes abaixo transcrito, consta dos arquivos do CARF, sendo reproduzidos adiante.

Voto Vencido do Conselheiro Antonio Carlos Guidoni Filho (Relator):

"O recurso extraordinário atende aos pressupostos de admissibilidade estabelecidos na legislação processual, pelo que dele tomo conhecimento.

O recurso não merece acolhida.

Encontra-se superada a divergência pretoriana relativa à definição do diploma legal a ser aplicado para a aferição do prazo de decadência para lançamento de contribuições previdenciárias (CTN *versus* Lei n. 8.212/91, art. 45). Tal assertiva decorre da edição da Súmula Vinculante de n. 08 pelo C. Supremo Tribunal Federal [que reconhece, com efeitos *erga omnes*, a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei n. 8.212/91]. *Verbis*:

"Em sessão de 12 de junho de 2008, o Tribunal Pleno editou os seguintes enunciados de súmula vinculante que se publicam no Diário da Justiça e no Diário Oficial da União, nos termos do § 4º do art. 2º da Lei nº 11.417/2006:

Súmula vinculante nº 8 - São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário.

Processo nº 10675.000503/2001-95
Acórdão n.º **00-000.053**

CSRF/T00
Fls. 376

Precedentes: RE 560.626, rel. Min. Gilmar Mendes, j. 12/6/2008; RE 556.664, rel. Min. Gilmar Mendes, j. 12/6/2008; RE 559.882, rel. Min. Gilmar Mendes, j. 12/6/2008; RE 559.943, rel. Min. Cármen Lúcia, j. 12/6/2008; RE 106.217, rel. Min. Octavio Gallotti, DJ 12/9/1986; RE 138.284, rel. Min. Carlos Velloso, DJ 28/8/1992.

Legislação:

Decreto-Lei nº 1.569/1997, art. 5º, parágrafo único Lei nº 8.212/1991, artigos 45 e 46 CF, art. 146, III Brasília, 18 de junho de 2008.

Ministro Gilmar Mendes

Presidente”

(DOU nº 117, de 20/06/2008, Seção I, pág. 1)

Esvaziado o dissenso jurisprudencial que embasa a insurgência da Recorrente, é de rigor a rejeição do recurso.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2008

Antonio Carlos Guidoni Filho"

Como prevaleceu o entendimento, espelhado no voto vencedor, de que o recurso devia ser conhecido, passou-se à análise do mérito do recurso.

A Fazenda Nacional arguiu a divergência entre o acórdão recorrido e aresto e aresto da Segunda Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, o qual assenta o entendimento de que o prazo decadencial para constituição de créditos de Cofins seria decenal, em decorrência do disposto no art. 45 da Lei n. 8.212, de 1991. Sustentou a Fazenda Nacional, ainda: **(i)** que não caberia ao Conselho de Contribuintes negar vigência ao art. 45 da Lei nº 8.212, de 1991, ante os limites de competência deste órgão administrativo para conhecer de questões de índole constitucional; e **(ii)** que o citado dispositivo seria constitucional e legal, conforme doutrina e precedentes jurisprudenciais que colaciona.

Com efeito, conforme assinalado pelo d. Relator, foi superada a divergência jurisprudencial quanto à definição do diploma legal a ser aplicado para a aferição do prazo de decadência para lançamento de contribuições previdenciárias (CTN *versus* Lei nº 8.212/91, art. 45, com a edição da Súmula Vinculante nº 8 pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei n. 8.212/91, com efeitos *erga omnes*,.

Desta feita, o colegiado entendeu ser aplicável a Súmula Vinculante nº 8 do STF ao presente caso, mantendo a decisão recorrida que reconheceu a decadência do direito do Fisco de constituir créditos de CSLL e COFINS relativos a fatos geradores ocorridos em 31.12.1995, em vista do fato de a ciência do lançamento pela Recorrida ter se dado em 15.03.2001.

Por tais fundamentos, os membros do colegiado acordaram em, conhecer do recurso extraordinário interposto e, no mérito, negar-lhe provimento.

(assinado digitalmente)

Adriana Gomes Rêgo – Redatora *ad hoc*, designada para formalizar o Acórdão.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Autenticado digitalmente em 13/10/2015 por ADRIANA GOMES REGO, Assinado digitalmente em 22/10/2015 por CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO, Assinado digitalmente em 13/10/2015 por ADRIANA GOMES REGO

Impresso em 22/10/2015 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Voto Vencedor

Com vistas à formalização do presente acórdão, transcrevo a seguir o voto vencedor proferido pelo Conselheiro Carlos Alberto Gonçalves Nunes, redator designado, constante dos arquivos do CARF.

Voto vencedor do Conselheiro Carlos Alberto Gonçalves Nunes (Redator Designado)

"Peço vênica para discordar da proposição de não conhecimento do recurso da Douta procuradoria da Fazenda Nacional por perda do objeto, em face da Súmula Vinculante nº 8, do Supremo Tribunal Federal (STF).

E o faço baseado nas seguintes razões:

Inicialmente, cabe registrar que o Recurso Extraordinário ao Pleno da Câmara Superior de Recursos Fiscais está previsto nos artigos 9º e 43 do Regimento Interno da Câmara Superior de Recursos Fiscais (RCSRF), aprovado pela Portaria MF nº 147, de 25/06/2007, segundo pressupostos constantes deste último artigo.

Confira-se:

"Art. 9º Compete ao Pleno julgar recurso extraordinário de decisão de Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais que der à lei tributária interpretação divergente da que lhe tenha dado outra Turma ou o Pleno da Câmara Superior de Recursos Fiscais.

....."omissis".....;

Art. 43. O recurso extraordinário previsto no art. 9º deverá ser formalizado em petição dirigida ao Presidente da Turma que houver prolatado a decisão recorrida e deverá ser interposto por Procurador da Fazenda Nacional ou pelo sujeito passivo, no prazo de quinze dias contados da data da ciência da decisão.

§ 1º O recurso deverá demonstrar, fundamentadamente, a divergência argüida, indicando a decisão divergente e comprovando-a mediante a apresentação de cópia de seu inteiro teor ou de cópia da publicação em que tenha sido divulgada, ou mediante cópia de publicação de até duas ementas, cujos acórdãos serão examinados pelo Presidente.

§ 2º A cópia de publicação de ementa referida no § 2º, quando extraída da internet, deverá ser impressa diretamente da página dos Conselhos de Contribuintes ou da Imprensa Nacional.

§ 3º O recurso extraordinário deverá ser protocolizado na unidade da administração tributária de jurisdição do recorrente, quando por este interposto e na secretaria da Turma quando interposto pelo Procurador da Fazenda Nacional credenciado.

.....”omissis”.....;

Art. 44. O despacho que admitir recurso extraordinário terá o seguinte trâmite:

I - quando se tratar de recurso interposto por Procurador da Fazenda Nacional, os autos serão encaminhados à unidade da administração tributária de jurisdição do sujeito passivo, para ciência, assegurando-se-lhe o prazo de quinze dias para oferecer contra-razões; ”

O recurso da douta Procuradoria atende todos pressupostos processuais constantes do RICSRF, tendo inclusive demonstrado a divergência entre os dois arestos dissidentes, no prazo para a interposição de seu apelo, como bem demonstrou o ilustre Presidente da CSRF.

Isto posto, tenho que a Lei nº 11.417, de 19/12/2006, que regulamentou o artigo 103-A, da Constituição Federal, não prevê o desconhecimento de recurso que contrarie súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

Muito pelo contrário. Infere-se da referida lei que a autoridade julgadora deve conhecer a impugnação ou recurso para verificar se os fatos se enquadram no trato que lhe der a Suprema Corte, nesse instrumento.

Observe-se que a referida lei até prevê no artigo 7º a possibilidade de descumprimento da súmula vinculante e estabelece o remédio para a prevalência da súmula, em tal caso.

Ou seja, há lugar para reclamação ao STF sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação.

O Supremo Tribunal Federal diante da reclamação poderá anular o ato administrativo ou cassar a decisão judicial impugnada, determinando que outra seja proferida com ou sem aplicação da súmula, conforme o caso.

Com efeito, dizem os artigos 6º a 9º da mencionada lei, “in verbis”:

“Art. 6º A proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante não autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.

Art. 7º Da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação.

§ 1º Contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após esgotamento das vias administrativas.

§ 2º Ao julgar procedente a reclamação, o Supremo Tribunal Federal anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial impugnada, determinando que outra seja proferida com ou sem aplicação da súmula, conforme o caso.

Art. 8º O art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Artigo 56. (...)

(...)

§ 3º Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.” (NR)

Art. 9º A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 64-A e 64-B:

“Artigo 64-A. Se o recorrente alegar violação de enunciado da súmula vinculante, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.”

“Artigo 64-B. Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a reclamação fundada em violação de enunciado da súmula vinculante, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.”

Entendo que a Fazenda Nacional tem o direito de ter o seu recurso conhecido para apreciação do mérito que poderá ser decidido com aplicação da orientação contida na referida súmula.

Isto posto, rejeito a preliminar em questão.

Outrossim, também entendo que a preliminar levantada pela ilustre Conselheira Conselheira Karen Jureidini Dias, “data venia”, não pode prosperar.

O Pleno da Câmara Superior de Recursos Fiscais deve ater-se aos limites do litígio fixados no recurso extraordinário interposto. E o recurso da Fazenda Nacional limita-se ao prazo decadencial. Ou seja, o prazo decadencial das contribuições sociais em benefício da seguridade social seria de 10 (dez) anos, como figura do artigo 45 da Lei nº 8.212/91, ou de 5 (cinco) anos como consta do Código Tributário Nacional (artigos 150 § 4º, e 173).

É este o litígio a ser composto no Recurso Extraordinário sob exame, a que me atenho.

Não há razão para estender-se o litígio assim formado para apreciar o termo de início da contagem do prazo decadencial (art. 150 x 173 do CTN).

E, assim, também rejeito esta preliminar.

Processo nº 10675.000503/2001-95
Acórdão n.º **00-000.053**

CSRF/T00
Fls. 380

Assim, rejeito as preliminares em questão, e tomo conhecimento do recurso da Douta Procuradoria da Fazenda Nacional.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 2008.

Carlos Alberto Gonçalves Nunes"

Acórdão formalizado em 06 de Outubro de 2015.

(assinado digitalmente)

Adriana Gomes Rêgo - Redatora *ad hoc*, designada para formalizar o Acórdão.

Processo nº 10675.000503/2001-95
Acórdão n.º **00-000.053**

CSRF/T00
Fls. 381

CÓPIA